

Relatório do Projeto ITC-Brasil

RESULTADOS DAS ONDAS 1 E 2 DA PESQUISA (2009-2013)

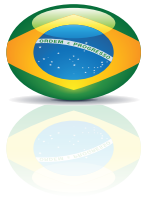
MAIO DE 2014



SUMÁRIO EXECUTIVO



Promovendo Estratégias Baseadas em Evidências Científicas para Controlar a Epidemia Global do Tabagismo



Resultados das Ondas 1 e 2 da Pesquisa ITC-Brasil

Relatório do Projeto ITC-Brasil

Sumário Executivo

2009-2013

Sugestão de Citação

Projeto ITC (Maio de 2014). *Relatório do Projeto ITC-Brasil. Resultados das Ondas 1 e 2 da Pesquisa (2009-2013). Sumário Executivo*. Universidade de Waterloo, Waterloo, Ontário, Canadá; Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA); Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD); Fundação do Câncer; Aliança de Controle do Tabagismo (ACTbr); e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde (CETAB).



Prefácio

A Política Nacional de Controle do Tabaco é orientada ao cumprimento das obrigações e diretrizes da Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde para o Controle do Tabaco. Como as medidas da Convenção-Quadro são de caráter multisetorial, a implementação deste tratado internacional de saúde pública demanda a participação ativa de diversos setores do governo, além do setor saúde.

Nesse sentido, em 2003 foi instituída por decreto presidencial a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ), responsável pela governança desta Política. Esta Comissão é integrada por representantes de 18 áreas do governo federal e tem como principal objetivo articular a organização e a implementação da agenda de controle do tabaco intersectorial para o cumprimento das obrigações previstas neste tratado.

O Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA) tem desempenhado um papel crucial para atender as obrigações da Convenção-Quadro. Enquanto Secretaria Executiva da CONICQ, uma de suas responsabilidades é articular a participação e o alinhamento de todos os setores do governo aos objetivos e medidas do tratado. O INCA também é responsável pela execução de algumas das ações previstas no tratado. Através de sua Divisão de Controle do Tabagismo, o INCA coordena a implantação do tratamento para deixar de fumar no Sistema Único de Saúde e realiza campanhas nacionais e ações educativas em escolas, ambientes de trabalho e unidades de saúde. Já a Divisão de Epidemiologia tem participado ativamente de vários inquéritos de abrangência nacional, como por exemplo, a Pesquisa Especial sobre Tabagismo em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Através do sistema de vigilância e monitoramento é possível acompanhar as tendências de consumo dos produtos de tabaco no Brasil, assim como o efeito das diferentes medidas da Política. Isto tem nos permitido observar que a Política está no rumo certo, conforme apontam as significativas reduções na prevalência de fumantes ao longo dos últimos 20 anos - de 34,8% em 1989 para 18,2% em 2008 entre os adultos com 18 anos ou mais.

O papel do INCA na avaliação e monitoramento do consumo do tabaco e do comportamento do fumante proporcionou naturalmente a participação do Brasil como parceiro no Projeto Internacional de Avaliação das Políticas de Controle do Tabaco (Projeto ITC-Brasil), coordenado internacionalmente pela Universidade de Waterloo do Canadá.

Este relatório fornece evidência científica acerca dos pontos fortes e fracos da política nacional, através de uma pesquisa de coorte de adultos fumantes e não fumantes que vivem no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, realizada em 2009 (Onda 1) e 2012-2013 (Onda 2). Os resultados demonstram que o Brasil tem alcançado grande progresso em áreas como: a adoção de advertências sanitárias nas embalagens de produtos de tabaco para informar sobre os malefícios do tabagismo e para estimular a cessação de fumar; a proibição do ato de fumar em ambientes de trabalho e recintos coletivos, diminuindo a exposição da população brasileira ao tabagismo passivo; e a proibição da publicidade, promoção e patrocínio do tabaco, reduzindo a exposição da população às estratégias de indução ao consumo. Embora o Brasil venha demonstrando uma liderança mundial nestas áreas, o relatório aponta alguns aspectos que precisam ser fortalecidos ou redirecionados para a plena implementação da Convenção-Quadro e de suas diretrizes.

O Projeto ITC-Brasil é coordenado no Brasil pelo INCA e pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), com a contribuição valiosa de vários outros parceiros governamentais e não governamentais: Fundação Oswaldo Cruz, Aliança de Controle do Tabagismo e Fundação do Câncer. Essa parceria reflete o espírito participativo e colaborativo da Política Nacional de Controle do Tabaco - uma estratégia central para o enfrentamento da oposição e interferência indevida da indústria do tabaco.

Agradecemos à equipe do Projeto ITC Brasil na Universidade de Waterloo, liderada pelo professor Geoffrey T. Fong, por seu apoio contínuo para realização da Pesquisa ITC-Brasil e seu empenho na divulgação dos resultados do projeto, que ajudam o Brasil e outros países na luta contra o tabaco.

Direção Geral do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva



**FUNDAÇÃO
DO CÂNCER**
com você, pela vida

Prefácio

O Brasil tem obtido um grande êxito na redução da prevalência do tabagismo com a adoção de uma Política Nacional de Controle do Tabaco contundente. No entanto, o consumo de tabaco continua a pesar sobre a saúde pública brasileira, pois é responsável por 130 mil mortes anuais e 30% das mortes por câncer. Enquanto isso, a indústria do tabaco insiste em burlar a legislação.

A Fundação do Câncer se tornou parceira do Projeto ITC-Brasil em 2009, reconhecendo a importância da realização de pesquisas baseadas em evidências para identificar os avanços e deficiências da política brasileira de controle do tabagismo e para promover mudanças de comportamento entre os fumantes.

Este relatório apresenta os resultados das duas ondas da Pesquisa ITC-Brasil, que demonstram claramente que o país vem implantando medidas eficazes em diversas áreas importantes do controle do tabaco. Por exemplo, as advertências sanitárias nos maços de cigarros levaram mais da metade dos entrevistados (56%) a pensar em desistir de fumar. As leis proibitivas da publicidade, promoção e patrocínio reduziram a percepção da promoção do tabagismo de 46% dos fumantes e 37% dos não fumantes em 2009, para 21% dos fumantes e 24% não fumantes três anos mais tarde.

Merecem destaque as conclusões do estudo que apontam para medidas específicas que o Brasil deveria adotar para aprimorar sua política nacional. Por exemplo, o percentual de fumantes e não fumantes que possuem lares livres do tabagismo ainda é pequeno (41% na Onda 1 e 46% na Onda 2). Dados da pesquisa ITC na Europa mostram que leis nacionais que proíbem fumar em locais públicos, apoiadas por campanhas educativas permanentes na mídia, resultam num aumento do número de lares livres do tabagismo.

Já as políticas que promovem ambientes livres de fumo no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre resultaram em mais de 80% dos ambientes de trabalho totalmente livres do tabagismo e menos de 10% dos fumantes e não fumantes tendo notado a existência de pessoas fumando em restaurantes nas três cidades estudadas. Estes números poderiam ser ainda melhores se fossem colocadas em prática a regulamentação e a fiscalização do cumprimento da Lei n.º 12.546 de 2011, que proíbe fumar em recintos coletivos de todo país, e o financiamento permanente de campanhas educativas de mídia sobre os malefícios do tabagismo passivo e para apoiar os fumantes a deixarem de fumar. A grande maioria dos não fumantes (95% a 97% nas três cidades) e fumantes (88% a 90%) apoia a legislação nacional de ambientes livres de fumo.

Além disso, a fiscalização da proibição da publicidade de cigarros nos pontos de venda (PDVs) do país também não foi estabelecida. Como resultado, a exibição dos maços de cigarros se tornou mais visível, com muitos estabelecimentos colocando-os em vitrines atraentes e iluminadas. O relatório da Pesquisa ITC insta o Brasil a implementar rapidamente o cumprimento desta proibição nos PDVs e, ainda, avançar para a proibição total da exibição de cigarros e outros produtos derivados do tabaco nestes locais.

Finalmente, embora o Brasil venha exercendo um papel de liderança na adoção de advertências sanitárias contundentes, a Pesquisa ITC-Brasil constatou que, mesmo tendo havido um aumento significativo na percentagem de fumantes que leram ou olharam atentamente para as mensagens nas embalagens entre as Ondas 1 e 2, há uma tendência decrescente no fato das advertências fazerem os fumantes refletirem sobre os malefícios do tabagismo ou torná-los mais propensos a pensar em parar de fumar. O relatório recomenda que, na próxima rodada de advertências ilustradas, sejam incluídas mensagens em pelo menos 50% da face frontal das embalagens e que a data prevista para sua implementação seja antecipada de 2016 para 2014.

Agradecemos ao professor Geoffrey Fong e à equipe do Projeto-ITC no Brasil e no Canadá por prepararem esta análise abrangente. Estamos certos de que o relatório da Pesquisa ITC-Brasil vai contribuir com a formulação de políticas de controle do tabaco eficazes tanto no Brasil, como internacionalmente.

Marcos Moares
Presidente do Conselho de Curadores da Fundação do Câncer

“Os resultados da Pesquisa ITC no Brasil fornecem um mapa importante e abrangente para guiar políticas de controle do tabaco eficazes e contribuirão para fortalecer os esforços governamentais para regular este produto letal. O Brasil vem trabalhando duro para reduzir a prevalência de fumantes e a carga do tabagismo, especialmente entre os jovens e a população de baixa renda. Estamos no caminho certo, mas há muitos desafios a superar. A Pesquisa ITC é uma ferramenta útil para orientar os avanços necessários para frear a epidemia do tabagismo e de avaliação dos efeitos globais do controle do tabaco.”

Tânia Cavalcante

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para Implementação
da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)
Instituto Nacional de Câncer, Ministério da Saúde

PROJETO ITC DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS

O Projeto Internacional de Avaliação de Políticas de Controle do Tabaco (Projeto ITC) é um estudo de coorte prospectivo multinacional projetado para medir o impacto psicossocial e comportamental das principais políticas da Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde para o Controle do Tabaco em mais de 20 países.

O Projeto ITC-Brasil foi criado em 2009, quando o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA) estabeleceu uma parceria com o Projeto ITC na Universidade de Waterloo para desenvolver um estudo longitudinal de avaliação do impacto das políticas de controle do tabaco no Brasil. A Onda 1 da Pesquisa ITC-Brasil foi realizada de abril a junho de 2009 nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. A Onda 2 foi realizada nas mesmas cidades de outubro de 2012 a fevereiro de 2013.

Equipe da Pesquisa ITC-Brasil

Equipe brasileira

Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), Ministério da Saúde

Cristina de Abreu Perez*
André Szklo
Cristiane Vianna
Felipe Lacerda Mendes
Leticia Casado
Liz Maria de Almeida
Mariana Marques de Pinho
Tânia Maria Cavalcante

Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), Ministério da Justiça

Cejana Brasil Passos
Eliana Hoch Berger

Fundação Oswaldo Cruz

Valeska Carvalho Figueiredo
Vera da Costa e Silva (Onda 2)

Aliança de Controle do Tabagismo (ACTbr)

Paula Johns
Daniela Guedes

Fundação do Câncer

Cristina de Abreu Perez
Felipe Lacerda Mendes
Mariana Marques de Pinho

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Eliane Volchan
Billy E. M. Nascimento (Onda 1)

**Investigadores principais*

Equipe Internacional do Projeto ITC

Dr. Geoffrey T. Fong* – University of Waterloo e Ontario Institute for Cancer Research, Canadá
Dr. Mary E. Thompson – University of Waterloo, Canadá
Dr. K. Michael Cummings – Medical University of South Carolina, Estados Unidos da América
Dr. Ron Borland – The Cancer Council Victoria, Austrália
Dr. Andrew Hyland – Roswell Park Cancer Institute, Estados Unidos da América
Dr. Richard J. O'Connor – Roswell Park Cancer Institute, Estados Unidos da América
Dr. David Hammond – University of Waterloo, Canadá
Dr. Ann McNeill – King's College London, Reino Unido
Dr. James Thrasher – University of South Carolina, Estados Unidos da América and the National Institute of Public Health, México
Dr. Christian Boudreau – University of Waterloo, Canadá
Dr. Gerard Hastings – University of Stirling and The Open University, Reino Unido

**Investigadores principais*

Equipe da Universidade de Waterloo, Canadá, no Projeto ITC-Brasil

Mary McNally, Gerente de Projeto, Ondas 1 e 2
Janine Ouimet, Gerente de Projeto, Onda 1
Amanda Ducan, Gerente de Projeto, Onda 2
Natalie Sansone, Aluna em Gerência de Projeto, Onda 1
Dra. Anne C. K. Quah, Pesquisadora, Ondas 1 e 2
Ruth Loewen, Gerente de Pesquisa, Ondas 1 e 2

Financiamento do Projeto ITC-Brasil

Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), Ministério da Saúde
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), Ministério da Justiça
Fundação do Câncer
Instituto Nacional de Câncer dos Estados Unidos da América (NCI)
Institutos Canadenses de Pesquisa em Saúde (CIHR)
Instituto de Pesquisa em Câncer de Ontário (OICR)

Agradecimentos

Este relatório foi preparado pela equipe de colaboradores da Universidade de Waterloo: Mary McNally (redatora chefe), Lorraine Craig (gerente de projeto), Megan Tait (autora colaboradora, visualização e análise de dados) Pete Driezen (análise de dados), Grace Li (análise de dados), Geoffrey T. Fong (revisor chefe) e Anne C. K. Quah (edição); do Instituto Nacional de Câncer do Brasil: André Szklo (revisão), Aline Mesquita (revisão), Cristina Perez (revisora chefe), Felipe Mendes (revisor chefe), e Tânia Cavalcante (revisão); da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas: Eliana Berger (revisão); e da Fundação Oswaldo Cruz: Valeska Figueiredo (revisão).

Design gráfico e layout foram elaborados por Sonia Lyon da Sentrík Graphic Solutions Inc.

SUMÁRIO EXECUTIVO

A prevalência de tabagismo tem diminuído ao longo das últimas duas décadas no Brasil, em grande parte como uma resposta às políticas governamentais pioneiras implementadas para reduzir o uso do tabaco, que já refletem na redução das mortes por doenças crônicas não transmissíveis, como o câncer de pulmão. Infelizmente, o tabagismo e sua iniciação continuam sendo incentivados, pois a indústria do tabaco encontra formas de contornar algumas dessas políticas e segue promovendo o seu produto mortal. Embora o Brasil tenha conseguido resultados muito significativos no controle do tabagismo, existem ainda questões em que precisa avançar, como a regulamentação da proibição total do ato de fumar em ambientes fechados e da exibição de produtos de tabaco nos pontos de venda, bem como a efetiva proibição do uso de aditivos que visam tornar os cigarros mais atrativos.

A Convenção-Quadro da Organização Mundial de Saúde para o Controle do Tabaco (CQCT/OMS) é um tratado global de saúde, criado em 2005 para fornecer diretrizes para os países reduzirem o uso de produtos do tabaco. O Estado brasileiro ratificou a CQCT/OMS em 2005 e continua a implementar políticas para atender as obrigações desse tratado. O Projeto Internacional de Avaliação das Políticas de Controle do Tabaco (Projeto ITC) foi desenvolvido para fornecer uma base de evidências para orientar as políticas promulgadas sob a Convenção-Quadro e avaliar sistematicamente a efetividade das iniciativas legislativas. O Projeto ITC realiza pesquisas de coorte longitudinal em mais de 20 países para avaliar o impacto e identificar os determinantes de políticas efetivas de controle do tabaco nas áreas de: advertências sanitárias e descritores; preços e tributação; legislação de ambientes livres do fumo; publicidade, promoção e patrocínio; educação e apoio para a cessação do tabagismo. Além de avaliar políticas, o Projeto ITC oferece uma maior compreensão dos padrões de consumo de produtos do tabaco e da cessação - ao longo do tempo e entre países - incluindo fatores preditivos de tentativas e sucesso em parar de fumar.

O Projeto ITC-Brasil foi criado em 2009 para desenvolver uma pesquisa longitudinal sobre o comportamento do tabagismo comparável a inquéritos usados em todos os outros países participantes do Projeto ITC. Esta é uma parceria entre o Projeto ITC no Canadá e, no Brasil, o Instituto Nacional do Câncer (INCA), a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) e a Fundação do Câncer, com o apoio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Aliança de Controle do Tabagismo (ACTbr). Um grupo de cerca de 1.200 fumantes adultos e 600 adultos não fumantes (18 anos ou mais) no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, foram selecionados aleatoriamente e entrevistados por telefone em 2009 (Onda 1) e 2012-2013 (Onda 2). A amostra foi reabastecida na Onda 2 para substituir os entrevistados da Onda 1 que foram perdidos no seguimento. A análise dos dados incorporou os pesos, bem como ajustou os potenciais efeitos de confundimento, como “tempo-na-amostra”,¹ gênero, idade, situação do tabagismo e ondas.

Alguns destaques dos resultados da Pesquisa ITC Brasil – Ondas 1 e 2 - estão resumidos a seguir.

¹ Tempo-na-amostra é o número de vezes que um entrevistado participou da pesquisa e controla a variação nas respostas entre os entrevistados que são recém-recrutados em comparação com aqueles que tenham concluído uma onda anterior, que são diferentes daqueles que completaram duas ondas anteriores, e assim por diante.

Comportamento do tabagismo

O consumo diário de cigarros é relativamente alto nas três cidades brasileiras pesquisadas, quando comparado com outros países do ITC. No geral, o número médio de cigarros fumados por dia entre fumantes diários no Brasil manteve-se semelhante entre as Ondas 1 e 2: 17. No entanto, houve um aumento significativo no número médio de cigarros fumados por dia entre fumantes diários na cidade de Porto Alegre - de 15 cigarros por dia na Onda 1 para 19 cigarros por dia na Onda 2. Este aumento foi significativo tanto para mulheres como homens nesta cidade. Além disso, o número médio de cigarros fumados por dia na Onda 2 foi significativamente maior em Porto Alegre do que em São Paulo e Rio de Janeiro.

Um indicador comum da dependência à nicotina é medido pelo tempo que o fumante leva para acender seu primeiro cigarro do dia. Fumantes do sexo masculino nas três cidades brasileiras pesquisadas (19%) são mais propensos a fumar seu primeiro cigarro dentro de cinco minutos depois de acordar, em comparação com fumantes do sexo masculino de outros países latino-americanos do ITC, como Uruguai (16%) e México (5%). Fumantes do sexo feminino nestas três cidades (18%) têm comportamento semelhante às mulheres fumantes no Uruguai (19%), mas estão em maior número do que no México (5%) na questão da dependência à nicotina.

Cinco por cento (5%) dos fumantes da Pesquisa ITC-Brasil relataram fumar regularmente uma marca de cigarro com sabor (incluindo mentol ou baunilha). Esse achado difere de uma recente pesquisa realizada com jovens brasileiros, que descobriu que 60% dessa população preferiu fumar cigarros mentolados. Isto pode ser um reflexo da diferença de idade das amostras (a Pesquisa ITC avalia adultos com 18 anos ou mais). Os achados sugerem que os sabores adicionados aos cigarros aumentam a iniciação no tabagismo.

Os outros produtos de tabaco que os entrevistados (incluindo os que fumaram cigarros comuns e aqueles que não fumaram cigarros) relataram usar com mais frequência são cigarros de cravo (13%), charutos (10%), e narguilé/cachimbo d'água (8%). Embora a venda de cigarros eletrônicos seja proibida no Brasil, cerca de um terço de todos os entrevistados tinha ouvido falar deste produto; e entre estes, cerca de metade (60% dos fumantes e 46% dos não fumantes) acreditava que os cigarros eletrônicos eram menos prejudiciais à saúde do que os cigarros convencionais. Cerca de 4% dos fumantes já haviam experimentado esse produto.

Importantes achados fornecem evidências que apóiam o fortalecimento das ações de cessação do tabagismo no Brasil: quase todos os fumantes (85%-89%) lamentam ter começado a fumar e mais de dois terços (69%) acreditam que a sociedade brasileira desaprova o tabagismo. Além disso, mais de dois terços (69%) dos fumantes têm uma opinião negativa sobre o tabagismo e, conforme demonstrado abaixo, 80% tentaram parar de fumar. Mas a grande maioria dos fumantes sente que está dependente do cigarro, com mais da metade (54%) relatando um alto grau de dependência. É evidente, a partir da conjunção desses achados, que a maioria dos fumantes no Brasil não quer fumar, mas continua a fazê-lo porque está presa à dependência.

Mais de 80% dos fumantes brasileiros lamentam ter começado a fumar, com mais da metade (54%) relatando um alto grau de dependência à nicotina. Os achados fornecem evidências de que a maioria dos fumantes brasileiros não quer fumar, mas está presa pela dependência e apóia o fortalecimento das ações de cessação do tabagismo.

Cessação do Tabagismo

Oitenta por cento (80%) dos fumantes da amostra da Onda 2 relataram ter feito uma tentativa de parar de fumar. Dos 495 fumantes da Onda 1, que foram novamente entrevistados na Onda 2, 69% tentaram parar de fumar e 25% foram bem sucedidos. Neste grupo, entre as 303 mulheres fumantes, 73 (24%) pararam de fumar e entre os 192 homens fumantes, 52 (27%) deixaram de fumar. Os fumantes que estavam fazendo planos para deixar de fumar alteraram o prazo em que pretendiam marcar sua data de parada entre as Ondas 1 e 2. Aqueles que planejavam parar dentro de um mês passaram de 36% na Onda 1 a 19% na Onda 2. Aumentaram significativamente os percentuais daqueles que planejavam parar dentro de seis meses (20% na Onda 1 e 26% na Onda 2) ou algum tempo depois no futuro (23% na Onda 1 e 32% na Onda 2).

As razões mais comuns para os fumantes pensarem em desistir de fumar e que os ex-fumantes citaram como motivo para parar foram classificadas na seguinte ordem decrescente: preocupação com a sua saúde, dar exemplo para seus filhos, a preocupação com o efeito da fumaça do cigarro em não fumantes, e as advertências sanitárias nos maços de cigarros. Já as visitas a um médico ou outro profissional de saúde foram significativamente maiores na Onda 2 entre os fumantes de Porto Alegre em comparação com fumantes do Rio de Janeiro e São Paulo. Entre aqueles que visitaram um médico ou outro profissional de saúde na Onda 2, os fumantes de Porto Alegre também foram mais propensos do que os de São Paulo a receber: aconselhamento para deixar de fumar (62%), sugestões para cessação (65%), encaminhamentos para outros profissionais (50%) e prescrição de medicação para ajudá-los a parar de fumar (39%).

Uma alta porcentagem de fumantes (85%) e não fumantes (92%) na Onda 2 concordou que o governo deveria fazer mais para combater os danos causados pelo tabagismo. Além disso, 85% dos fumantes entendem que o governo deveria fazer mais para ajudar os fumantes a deixar de fumar.

Ambientes Públicos Livres da Fumaça do Tabaco

Houve um aumento no percentual de fumantes que relataram existir uma proibição total de fumar no local de trabalho entre as Ondas 1 e 2. Setenta e oito por cento (78%) dos fumantes na Onda 1 informaram que não era permitido fumar em qualquer área interna do seu local de trabalho e 85% relataram esta mesma proibição na Onda 2. Entre os não fumantes, 79% relataram uma proibição no local de trabalho na Onda 1 e 89% informaram que havia tal proibição na Onda 2. Mais de três quartos dos fumantes (75% na Onda 1 e 80% na Onda 2) acredita que o tabagismo não deveria ser permitido em todos os locais de trabalho fechados.

A percepção dos fumantes acerca da existência de pessoas fumando em restaurantes ao longo dos últimos seis meses diminuiu de 17% na Onda 1 para 5% na Onda 2. Houve também uma diminuição de 30% para 9% neste quesito entre os não fumantes. Já a percepção do tabagismo em bares ao longo dos últimos seis meses também diminuiu entre as Ondas. Sessenta e oito por cento (68%) dos fumantes e 69% dos não fumantes notaram pessoas fumando em bares na Onda 1, caindo para 19% entre fumantes e 26% entre não fumantes na Onda 2. Existe um elevado apoio à política nacional de ambientes livres da fumaça do tabaco, tanto entre os não fumantes (variação de 95% a 97% nas três cidades), como entre os fumantes (variação de 88% a 90%). O percentual de fumantes e não fumantes que possuem lares livres do tabagismo na Onda 2 não aumentou ao longo do tempo (41% a 46%), mas o apoio à proibição do tabagismo em carros onde hajam crianças foi bastante elevado (88% dos fumantes e 91% de não fumantes) na Onda 2.

O governo ainda não regulamentou a lei nacional de ambientes livres da fumaça do tabaco publicada em dezembro de 2011, logo muitas localidades do país não estão cobertas pela proibição de fumar em recintos coletivos.

Embalagem e Rotulagem

A série atual de imagens de advertências sanitárias nos maços de cigarros está em circulação desde 2009 no Brasil e encontra-se localizada apenas na parte de trás da embalagem. Esses fatores podem influenciar negativamente seu impacto sobre os fumantes. A pesquisa revelou que, embora tenha havido um aumento significativo no quesito “leitura ou olhar atento para as advertências” entre os fumantes nas Ondas 1 e 2, houve pouca mudança ou uma tendência decrescente em dois quesitos: as mensagens fazerem os fumantes pensarem sobre os malefícios do tabagismo antes de consumir um cigarro, e os tornarem mais propensos a pensarem em deixar de fumar. Por outro lado, houve um aumento significativo no percentual de fumantes que se sentiram extremamente preocupados, com as imagens de advertência, no entanto, isto ocorreu em menos de 15% da amostra na Onda 2. Numa perspectiva de comparação entre países, mulheres fumantes brasileiras foram as mais propensas a evitar olhar para as advertências entre os 20 países pesquisados.



A proibição de descritores enganosos como “light” e “suave” foi implantada no Brasil em 2001, com base nas evidências científicas de que esses tipos de cigarros não são menos prejudiciais à saúde do que os cigarros comuns. No entanto, cerca de 10% dos fumantes acreditam que sua marca regular é “um pouco menos prejudicial” do que outras, e cerca de metade dos fumantes acredita que a sua marca é mais leve no paladar e suave em sua garganta e no peito. Aproximadamente metade dos fumantes concordou que os cigarros devem ser vendidos numa embalagem padronizada, ou seja, sem cores variadas que podem levar os consumidores a acreditarem que diferentes marcas ou variedades de cigarros causam diferentes danos à saúde.

Preço e Taxação

Embora os dados do ITC-Brasil mostrem que a acessibilidade econômica aos cigarros diminuiu entre as Ondas 1 e 2, o percentual de fumantes que relataram ter pensado “frequentemente” ou “muito frequentemente” sobre o dinheiro gasto com produtos de tabaco permaneceu relativamente inalterado. Além disso, também foi observada uma diminuição no percentual de fumantes que indicaram os preços como uma razão para a escolha de sua marca regular de cigarros, bem como no percentual de fumantes que relataram que o preço dos cigarros levou-os a pensar em parar de fumar.

As advertências sanitárias ocupam 100% da face de trás das embalagens. A queda na eficácia das advertências entre as Ondas 1 e 2 sugere que a inclusão de mensagens em 30% da face frontal das embalagens, prevista em lei para 2016, deveria ser alterada de forma a exigir imagens de advertência em pelo menos 50% da frente das embalagens a partir de 2014.



A proibição da publicidade nos pontos de venda instituída em 2011 não está sendo cumprida, permitindo que vitrines iluminadas com cigarros se tornem comuns, as quais normalmente estão sem as advertências sanitárias exigidas por lei.

Educação, Comunicação e Conscientização Pública

A maioria dos fumantes tinha conhecimento da variedade de riscos à saúde associados ao tabagismo, com exceção dos casos de cegueira relacionada ao fumo. A percepção de propagandas ou informações relacionadas aos perigos de fumar ou que incentivam parar de fumar diminuiu entre as Ondas 1 e 2. Apenas um quarto dos fumantes pesquisados observou com frequência alguma informação de controle do tabagismo na Onda 2. Da mesma forma, houve quedas no percentual de fumantes que pensavam sobre os danos que o tabagismo pode estar causando a eles ou a outras pessoas, bem como na porcentagem que acredita que os fumantes têm chances “um pouco “ ou “muito “ altas de desenvolver câncer de pulmão.

Publicidade, Promoção e Patrocínio

Os resultados da Pesquisa ITC demonstram claramente que as leis aprovadas no Brasil desde o ano 2000 reduziram a percepção da população sobre publicidade, promoção e patrocínio de tabaco, e continuam a fazê-lo. Fumantes em todas as cidades reportaram diminuições significativas na percepção da promoção do tabagismo (de 46% a Onda 1 para 21% na Onda 2), sendo que os fumantes de baixa renda estavam mais propensos a notarem a promoção do tabagismo em ambas as Ondas. No entanto, apesar da promulgação da Lei Federal nº 12.546 em dezembro de 2011, que proíbe a publicidade de produtos de tabaco nos pontos de venda no Brasil, esta ainda não está sendo implementada; e assim, em muitos lugares a indústria do tabaco continua a promover o seu produto em locais de venda em clara violação à legislação vigente. Paralelamente cresceu a exibição de cigarros em displays atraentes e iluminados em lojas, restaurantes e outros locais onde são vendidos, e sem as advertências de saúde obrigatórias.

A percepção do patrocínio de eventos esportivos por produtos de tabaco diminuiu significativamente entre as duas Ondas de 12% para 6% entre não fumantes e 8% para 4% entre fumantes. A percepção do patrocínio de eventos artísticos diminuiu drasticamente de 6% para 2% entre os fumantes.

As análises mostraram que 13% dos fumantes e 18% dos não fumantes relataram ter visto um ator fumando “frequentemente” ou “muito frequentemente” em novelas e programas de TV.

RECOMENDAÇÕES

Os resultados da Pesquisa ITC-Brasil demonstram que o país tem feito progressos na implementação de políticas eficazes de controle do tabaco, no entanto, a evidência aponta também para questões nas quais o Brasil deveria fortalecer suas políticas: aumentar a visibilidade e efetividade das advertências sanitárias, reduzir o tabagismo passivo em locais públicos, aumentar a cessação de fumar e reduzir a iniciação do tabagismo.

1. Para elevar o impacto das advertências sanitárias, recomenda-se que o Brasil altere a atual legislação, de forma a exigir advertências sanitárias com imagens em pelo menos 50% da face frontal das embalagens, além dos 100% da face de trás atualmente utilizada. A atual legislação determina que em 2016 as advertências textuais ocupem 30% da face da frente das embalagens, o que não atende às Diretrizes do artigo 11 da CQCT/OMS, que exigem advertências ilustradas em pelo menos 50% da frente e da parte de trás da embalagem. Para evitar o desgaste temporal do impacto das advertências, é importante realizar uma rotatividade permanente das mensagens. Como as atuais advertências estão sendo veiculadas há cinco anos, o governo deveria antecipar a data prevista para a implementação das novas advertências de 2016 para 2014.
2. O cumprimento da proibição da propaganda nos pontos de venda (PDVs) instituído em 2011 é baixo devido à falta de fiscalização da lei. A indústria do tabaco continua a promover suas marcas em painéis com propagandas nestes locais. Além disso, a exibição de maços de cigarros se tornou mais visível, com muitos estabelecimentos exibindo-os em displays atraentes e iluminados. Para evitar o crescimento da promoção de cigarros em estabelecimentos de varejo, o Brasil deveria estabelecer rapidamente os regulamentos e protocolos para aplicar a proibição das propagandas nos PDVs. Futuras restrições à publicidade do produto deveriam focar na proibição total da exposição de cigarros e outros produtos derivados do tabaco nestes locais.
3. Os varejistas e a população deveriam ser informados sobre as táticas enganosas utilizadas pela indústria do tabaco para promover seus produtos entre os jovens e os danos de tais estratégias para captar novos consumidores neste grupo.
4. O forte apoio da população às iniciativas do governo para ajudar os fumantes a pararem de fumar, a elevada percepção negativa sobre o tabagismo e os fortes sentimentos de arrependimento entre os fumantes por terem começado a fumar indicam que existe um ambiente favorável para fortalecer tanto as medidas regulatórias, como, por exemplo, a proibição total do uso de aditivos nos produtos de tabaco, como também as ações de apoio à cessação do tabagismo. O aumento no consumo de cigarros entre os fumantes diários em Porto Alegre indica que eles poderiam beneficiar-se com a intensificação das campanhas de controle do tabagismo e do acesso aos serviços públicos de tratamento. Fumantes de Porto Alegre demonstraram disponibilidade em parar de fumar, pois relataram um número maior de visitas aos profissionais de saúde e uma maior disposição em receber apoio para cessação do que os fumantes no Rio de Janeiro e São Paulo.

5. Protocolos para a regulamentação e aplicação da legislação nacional de 2011, que proíbe o ato de fumar em todos os locais de trabalho e públicos fechados, precisam ser definidos para garantir o cumprimento integral desta lei, a exemplo do que já acontece em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.
6. Um financiamento contínuo para campanhas de mídia deveria ser posto em prática, a fim de educar a população sobre os malefícios do tabagismo passivo, aumentando ainda mais o cumprimento das futuras regulamentações da lei nacional de ambientes livres da fumaça do tabaco, bem como para incentivar que os fumantes não fumem em seus domicílios.
7. A Pesquisa ITC-Brasil mostra que há um forte apoio da população à proibição de fumar em carros com crianças (88% dos fumantes e 91% dos não fumantes). Isto demonstra que o Brasil está pronto para adotar uma legislação nacional para tornar os automóveis livres da fumaça do tabaco, o que tem sido implementado em vários países, incluindo Chipre, Bahrein, Ilhas Maurícios, Austrália e Canadá, e que será adotada em outros países, incluindo o Reino Unido.
8. Que a Copa do Mundo no Brasil em 2014 seja uma oportunidade para associar o esporte com uma vida livre do tabaco. Isto poderia ser feito através da proibição total do tabagismo e da venda de cigarros e outros produtos de tabaco em todos os estádios.
9. A nova estrutura fiscal implementada em 2012, antes da Onda 2 da Pesquisa ITC-Brasil, determina aumentos anuais nos impostos sobre o cigarro até o ano de 2016. O impacto desses aumentos sobre a cessação, as intenções em parar de fumar e o comportamento de fumar devem ser acompanhados de perto pela Pesquisa ITC-Brasil, pois o aumento dos preços dos cigarros é um fator importante que influencia o aumento da cessação do tabagismo.
10. A alta prevalência na percepção de pessoas fumando na mídia de entretenimento e a evidência científica conclusiva indicando que a veiculação do tabagismo em filmes induz a iniciação ao tabagismo sugerem a necessidade do Brasil regulamentar o ato de fumar em filmes e programas de televisão, através da implementação das estratégias descritas nas Diretrizes da CQCT/OMS para o artigo 13.

Contatos do Projeto ITC

Para mais informações sobre o Projeto ITC-Brasil:

Dr. Geoffrey T. Fong

Professor
Department of Psychology
University of Waterloo
200 University Avenue West
Waterloo, Ontario N2L 3G1 Canada
Email: itc@uwaterloo.ca
Tel: +1 519-888-4567 ext. 33597
www.itcproject.org

Cristina de Abreu Perez

Psicóloga
Secretaria Executiva da Comissão Nacional para Implementação
da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)
Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva
Ministério da Saúde
Rua do Resende, nº 128, 303, Centro
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Email: conicq@inca.gov.br
Tel: 55-21-32074502
www.inca.gov.br/observatoriotabaco

Para informações técnicas da metodologia e análise da Pesquisa ITC:

Dr. Mary E. Thompson

Professor
Department of Statistics and Actuarial Science
University of Waterloo
200 University Avenue West
Waterloo, Ontario N2L 3G1 Canada
Email: methomps@uwaterloo.ca
Tel: +1 519-888-4567 ext. 35543

Projeto Internacional de Avaliação das Políticas de Controle do Tabaco

Projeto ITC

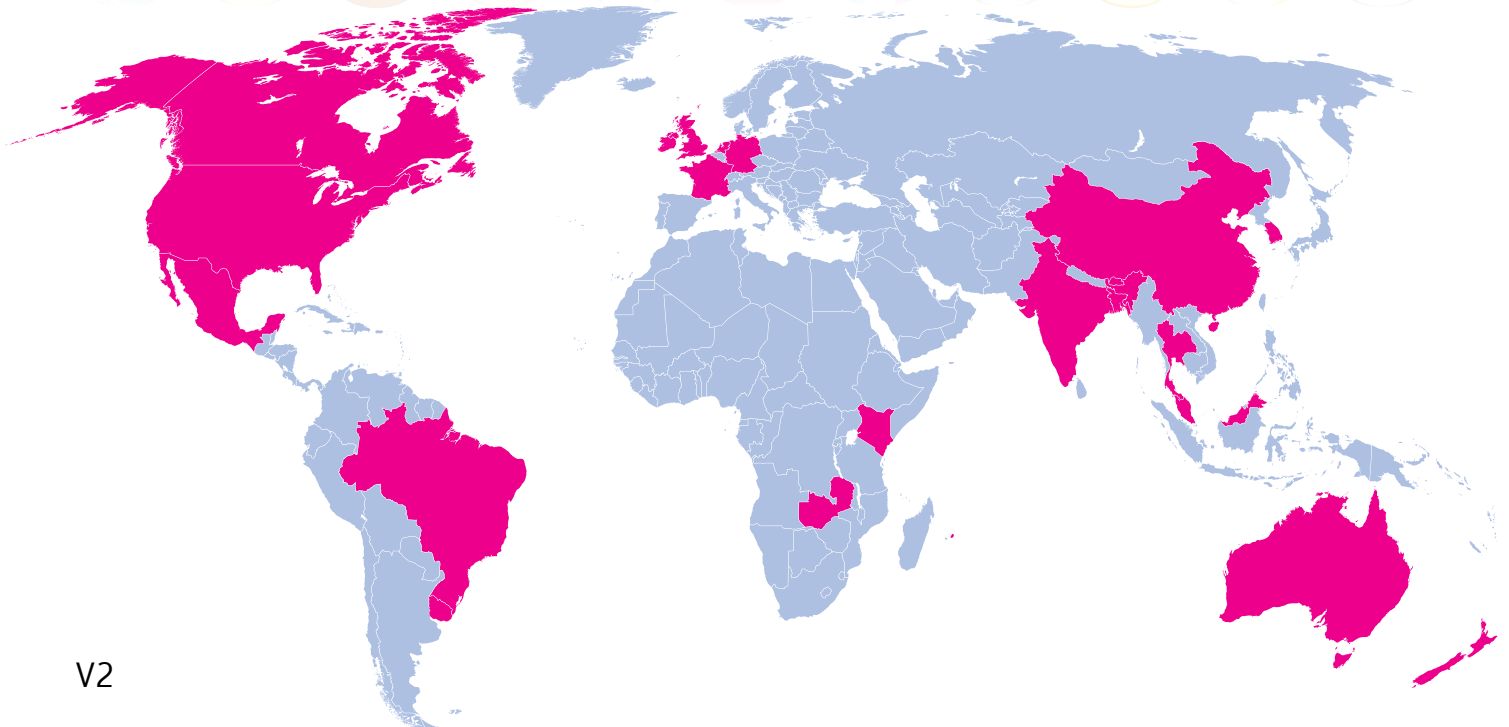
Avaliando o impacto das políticas da CQCT/OMS em...

Mais de 20 países • 50% da população mundial
60% dos fumantes do mundo • 70% dos usuários de tabaco do mundo

Austrália
Bangladesh
Butão
Brasil
Canadá
China (Mainland)
França

Alemanha
Índia
Irlanda
Quênia
Malásia
Ilhas Maurícios
México
Holanda

Nova Zelândia
República da Coréia
Tailândia
Reino Unido
Uruguai
Estados Unidos da América
Zâmbia



V2

